

Lícia Christynne Ribeiro Porfírio

TRATAMENTO JURÍDICO DOS REFUGIADOS

**Análise das Legislações
Nacionais e Internacionais**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9096-6

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

445013/01

Porfírio, Lícia Christynne Ribeiro.

P742 Tratamento jurídico dos refugiados: análise das legislações nacionais e internacionais./ Lícia Christynne Ribeiro Porfírio./ Curitiba: Juruá, 2019. 174p.

1. Refugiados – Legislação. 2. Direitos humanos. 3. Direito internacional. I. Título.

CDD 341.1 (22.ed)

CDU 341

000113

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
1 – ORIGENS DO REFÚGIO	25
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS	25
1.1.1 A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Proteção dos Refugiados	31
1.1.2 A Proteção dos Refugiados e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos	36
1.1.3 O Direito dos Refugiados no Brasil.....	38
1.2 O PRINCÍPIO DO <i>NON-REFOULEMENT</i>	44
2 – REFÚGIO E ASILO: CONCEITOS, SEMELHANÇAS E DIFE- RENÇAS	47
2.1 REFÚGIO E ASILO.....	47
2.2 MIGRAÇÕES FORÇADAS	61
2.3 APÁTRIDAS.....	62
2.4 DESLOCADOS INTERNOS	63
2.5 IMIGRANTES	65
2.6 VISITANTES	65
3 – A LEI 9.474/1997 E A PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS	67
3.1 CONCEITO, EXTENSÃO E EXCLUSÃO	67
3.2 O PROCESSO DE REFÚGIO.....	74
3.2.1 Conare	74
3.2.2 Procedimento.....	76
3.3 HIPÓTESES DE CESSAÇÃO E DE PERDA DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO.....	82

4 –	A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO (LEI 13.445/2017) E A PROTEÇÃO DOS MIGRANTES E DOS REFUGIADOS NO BRASIL.....	87
4.1	PRINCÍPIOS E GARANTIAS QUE REGEM A POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA	88
4.2	O VISTO HUMANITÁRIO	92
4.3	IMPEDIMENTOS DE INGRESSO E MEDIDAS DE RETIRADA COMPULSÓRIA.....	95
4.4	AVANÇOS E IMPASSES DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO	99
5 –	MODELOS COMPARADOS DE PROTEÇÃO E DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS	103
5.1	ESTADOS UNIDOS E CANADÁ.....	104
5.2	EUROPA	109
5.3	ÁSIA E ÁFRICA.....	113
5.4	AMÉRICA LATINA E CARIBE	116
6 –	O DIREITO DOS REFUGIADOS E A RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS	121
6.1	RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS	124
6.2	OBSTÁCULOS À CONCESSÃO DO REFÚGIO.....	130
7 –	POR UMA CIDADANIA GLOBAL.....	139
7.1	O QUE É CIDADANIA?	139
7.2	DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	144
7.3	CIDADANIA GLOBAL.....	146
	CONCLUSÃO	153
	REFERÊNCIAS	163
	ÍNDICE REMISSIVO.....	165